



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 45ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Escola Estadual Barão de Macaúbas pelos 90 Anos de sua Fundação
- 1.2 - 32ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATAS



ATAS

ATA DA 45ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/11/2011

Presidência do Deputado Fred Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Leitura de mensagem - Exibição de vídeo - Palavras do Deputado Fred Costa - Entrega de placa - Palavras da Sra. Amélia Lúcia Leite Botelho - Apresentação artística - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:
Ana Maria Resende - Célio Moreira - Fred Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Fred Costa) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Ana Maria Resende, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Escola Estadual Barão de Macaúbas pelos 90 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Profa. Elci Pimenta, Superintendente da Metropolitana A; Tânia Mara Costa de Frias, membro do Colegiado da Escola Estadual Barão de Macaúbas; Irlene Carmem de Resende Alves, representando as ex-Diretoras da Escola Estadual Barão de Macaúbas; Elizabeth Sily Pestana, Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Floresta; Darcy Maria da Rocha Matos, representando as ex-alunas; e Amélia Lúcia Leite Botelho, Diretora da Escola Estadual Barão de Macaúbas.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença das Exmas. Sras. Rosa Reis, Diretora Educacional da Metropolitana A; Petrina, assessora de gabinete da Metropolitana A; e Profa. Wanda, ex-Diretora da Escola Estadual Barão de Macaúbas.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.
- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Leitura de Mensagem

O locutor - Senhores professores, ex-professores, serventes, alunos, telespectadores da TV Assembleia, gostaríamos de fazer a leitura de mensagem encaminhada por S. Exa. o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, homenageando a Profa. Amélia Lúcia Leite Botelho: “Prezada professora, cumprimento-a pela homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais à Escola Estadual Barão de Macaúbas pelos 90 anos de sua fundação. Nesta oportunidade, parabeno-a pelo justo reconhecimento ao trabalho dedicado e competente desenvolvido pelos corpos dirigente e docente dessa escola na nobre missão de educar nossas crianças e jovens”.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Fred Costa

A Mesa condutora dos trabalhos reflete a realidade do mundo atual, em que 27 mulheres são Presidentes de repúblicas. Você podem observar que estou acompanhado somente de mulheres.

Cumprimento a Profa. Amélia Lúcia Leite Botelho, Diretora da Escola Estadual Barão de Macaúbas; a Profa. Elci Pimenta, Superintendente da Metropolitana A; a Sra. Tânia Mara Costa de Frias, membro do Colegiado da Escola Estadual Barão de Macaúbas; a Sra. Irlene Carmem de Resende Alves, representando as ex-Diretoras da Escola Estadual Barão de Macaúbas; a minha dileta amiga Profa. Beth Sily, Presidente da Associação do Bairro da Floresta; a Sra. Darcy Maria da Rocha Matos, representando as ex-alunas; o Prof. Wendel, que foi o entusiasta de que hoje estivéssemos aqui reunidos, celebrando esses 90 anos; senhoras e senhores. De forma muito fraternal, reparando, ainda em tempo, um erro, cumprimento ex-professoras, ex-professores, atuais professoras e professores, funcionários, alunos e pais de alunos.

A história dessa tradicional escola vai bem além da sua estrutura física, arquitetônica, que tem importância histórica e cultural em nossa cidade, tendo sido motivo de tombamentos estadual e municipal. O seu nome e o nome do seu patrono se confundem com a própria história da educação no nosso país. Abílio César Borges foi pedagogo e médico, mas abandonou a medicina para dedicar-se à educação, priorizando o objeto fundamental de transformação social. Hoje, infelizmente, priorizar a educação não tem sido prática recorrente, sobretudo no nosso país.

Se fizermos uma breve análise histórica no mundo, lembraremos a Guerra Fria. Naquela oportunidade, os países do Leste Europeu, com toda a escassez de recursos, priorizavam a educação. Da mesma forma, a grande potência símbolo do capitalismo, os Estados Unidos da América, apontava para o mesmo caminho. Recentemente, uma década e meia atrás, igualmente procederam os Tigres Asiáticos e invariavelmente tiveram retorno não apenas do ponto de vista educacional, mas também do social e do desenvolvimento socioeconômico.

O filósofo grego Aristóteles fez uma afirmação que deve ser objeto de reflexão: “A educação tem raízes amargas, mas os seus frutos são doces”. Arthur Lewis afirmou que “educação nunca foi despesa. Sempre foi investimento com retorno garantido”. Visionário, Abílio foi um dos precursores do livro didático brasileiro, sendo um dos responsáveis pela formação de vários notáveis, como Castro Alves e Rui Barbosa. Após 10 anos de fundação da escola que levava o seu próprio nome - Abílio -, no Rio de Janeiro, ele inaugura no interior de Minas Gerais, em Barbacena, o Ateneu. Essa escola é tradicional nessa cidade e hoje serve também aos Cadetes do Ar, já que a cidade também se notabilizou por ser, além da Cidade das Rosas, referência para a aeronáutica nacional. Por sua contribuição na área educacional, ele recebeu o título de Barão de Macaúbas, tendo também ganhado fama por sua luta pela abolição dos castigos na educação. Essa luta serviu de referência para que pais e mães também deixassem de praticar o castigo na educação dentro de casa. Observo aqui várias crianças e não poderia deixar de mandar um abraço aos meus dois queridos sobrinhos João Vitor e Bernardo, que nos assistem pela TV Assembleia.

Quero dizer que, se ele ainda vivo estivesse, certamente se decepcionaria muito com o que é praticado em instituições de ensino que formam profissionais. Estou-me referindo aos denominados trotes, que são verdadeiras atrocidades praticadas. Certamente aqueles que o fazem não conhecem a história de Barão de Macaúbas, que revolucionou o ensino brasileiro tornando-se uma das suas mais expressivas personalidades.

Somente por meio do nome já poderíamos definir a magnitude e a importância transcendental dessa escola para todos os belo-horizontinos e mineiros. Essa escola encontra-se instalada na Floresta, um bairro tradicional da cidade de Belo Horizonte. E, hoje, reunidos estamos para celebrar nada mais, nada menos que quase um centenário, isto é, os seus 90 anos. Para chegar a essa trajetória de êxito foram vários os percalços, mas não me aventuraria a contar a história da escola porque, mesmo que tivesse poder de síntese ímpar, o tempo não seria suficiente para isso.

Considero importante lembrar que, na década de 50, essa escola passou por um período de falta de água, de instalações sanitárias inadequadas, de paredes com risco de desabamento e de janelas com vidros destruídos. Em 1962 foi formada uma comissão que conseguiu promover não só a restauração, mas também uma grande reforma. A partir daí, no ano de 1963, a associação de pais e mestres aproximou ainda mais a comunidade da escola, valorizando o instituto que é fundamental na vida, na educação e na formação, isto é, o instituto da família.

Por ser essa escola tão tradicional, seu nome já foi motivo de discussão por ocasião da escolha do nome da praça que fica em frente. A despeito de haver um nome oficial, assim como as leis caminham para os usos, costumes, necessidades e gosto popular, a população denomina aquela praça como Praça do Barão.

Ao meu lado estão só mulheres, todas elas vestidas de preto e branco, com exceção de uma, cujo paletó encobre algumas lembranças do azul. Em 1971, entre as festividades do 60º aniversário da escola, vários alunos estiveram presentes no estádio do Mineirão.



Caminharam com Pelé, houve faixa alusiva à comemoração, e qual foi o resultado? Atlético Mineiro foi campeão brasileiro naquele ano. Talvez seja hora, ao comemorar os 90 anos, de fazer uma visita à Arena do Jacaré para salvar os três times mineiros, que estão caminhando para a segunda divisão, ouviu, Diretora? Mas houve essa passagem, que, para mim, foi forte em relação ao maior time de futebol do Brasil.

Chama-me a atenção, por ocasião do 60º aniversário, um concurso de redação. A campeã trazia os seguintes dizeres: “Minha escola é diferente. Ela é feita só de amor”. Demonstrou aquele sentimento verdadeiro. Naquela escola ela sentia um ambiente aprazível, de reciprocidade, de calor, de afeto, algo fundamental para que a escola não só tivesse essa trajetória, mas também que obtivesse o reconhecimento da comunidade escolar. Podemos perceber isso pelo número de pessoas que aqui se fazem presentes. Quando indicamos entidades, é mais difícil mobilizar as pessoas. Mas vamos além: o reconhecimento veio por parte de quem é responsável pelo ensino público em nosso país. Hoje a escola ostenta a posição de melhor da Capital, entre as instituições públicas, do 6º ao 9º ano, algo que não deve ser somente reverenciado, mas ser motivo de orgulho para todos os belo-horizontinos e mineiros. Ostentar essa posição certamente foi resultado do esforço de diretoria, professores, funcionários, alunos, pais e mães. Isso foi proveniente de um trabalho coletivo, liderado com prodigioso coração e galhardia da Diretora, Profª. Amélia, que, num gesto abnegado, afirmou que esse reconhecimento veio do comprometimento dos professores, da participação dos pais nas atividades e reuniões, bem como dos projetos interdisciplinares, que contribuíram para essa condição.

Diretora, o seu trabalho, sua condução democrática, próxima da comunidade e da coletividade, vem obtendo, sim, o reconhecimento por parte, inclusive, do poder público e desta Casa, por isso aqui estamos para saudar esses 90 anos. São 90 anos, que poderiam estar, infelizmente, maculados, caso a atual gestão não fosse competente e eficaz. Porém, da forma que conduzem, coroa-se ainda mais de êxito esta data tão especial para vocês e também para mim.

Não falei com a senhora, mas várias são as coincidências. O nome do Barão é Abílio Borges, e o nome do meu pai, falecido há 10 anos, é Abílio Borges da Costa. Sou o caçula. Antes que eu nascesse, minha família residiu no Bairro Floresta. Tive dois irmãos que lá estudaram. Falei sobre Barbacena com certa propriedade. Meu pai, um barbacenense, estudou na escola fundada pelo Barão. Portanto, essa escola também faz parte da vida da minha família.

Tudo isso que vocês construíram nos demonstra que a educação exige os maiores cuidados, porque ela influi em toda a vida. Se conduzida com amor e dedicação, tem o reconhecimento e vale o esforço para sucessivas gerações. Para finalizar, lembro-me de outro filósofo, que marcou por ser o mais debochado e irônico, Diógenes. Ele andava perambulando à noite, com uma lanterna acesa, apontando para todas as pessoas que encontrava. Ele afirmava que estava à procura de um homem que não se seduzisse com a questão humana, que tivesse os princípios que deveriam ser inerentes, os quais ele já entendia como qualidade - ética, moral e outros tantos -, ou seja, que fosse um homem na plenitude do termo. Certamente, Diógenes não perderia todas as suas noites apontando lanterna caso se deparasse com um aluno formado no Barão de Macaúbas. A partir da primeira estrofe do hino da escola, defino meu sentimento: “Aprendemos a ser grandes um dia pelo bem que nos dá a instrução. Não há outro caminho senão a educação!”. Parabéns a todos vocês que fizeram e fazem parte dessa brilhante história.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Fred Costa, representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Amélia Lúcia Leite Botelho, Diretora da Escola Estadual Barão de Macaúbas, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “A Escola Estadual Barão de Macaúbas, criada em 7/9/21, faz jus ao nome que traz. Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, recebeu de D. Pedro II esse título por seu espírito nacionalista e visionário: afastou-se de sua profissão de médico para abraçar a causa do abolicionismo e da educação, acreditando na revolução sociopedagógica que se impunha no Brasil em fins do século XIX. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia essa escola, que, com uma prática pedagógica eficiente e sempre moderna, vem, há 90 anos, participando da formação da juventude mineira”.

O Sr. Presidente - Peço licença para quebrar o protocolo, mas, por uma questão de justiça às duas pessoas que participaram ativamente desta homenagem, até sugerindo a sua realização, convido para fazer a entrega da placa comigo o Prof. Wendel e a Beth, Presidente da Associação do Bairro Floresta.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Amélia Lúcia Leite Botelho

Exmo. Deputado Fred Costa, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, em cuja pessoa cumprimento os demais componentes da Mesa; senhoras e senhores, comunidade escolar presente, aqui representada pelo funcionalismo da Escola Estadual Barão de Macaúbas - ASBs, ATBs, professores, especialistas -, pelas pessoas da família e pelos alunos, boa noite.

Não poderia iniciar as minhas palavras sem passar pela história, muito bem descrita pelo Deputado Fred Costa, do Grupo Escolar Barão de Macaúbas, que levou esse nome em homenagem ao médico pedagogo Abílio César Borges, que sempre esteve presente quando se defendiam as ideias de uma educação transformadora e cívica, voltada às práticas sociais de grande importância, vinculadas à educação.

Meninos, guardem bem o que quer dizer “macaúbas”. É um fruto do nordeste, advindo de terra agreste, que é símbolo de esperança. A esperança em nossa escola é reforçada com o lema: “Instruir para viver”.

A nossa escola foi grupo escolar, depois, escola estadual, em várias gerações, de uma fase a outra. Muitos ajudaram a construir essa trajetória, como o MEC, a Secretaria de Educação, a Delegacia de Ensino, depois, Superintendência, a SRE, a Metropolitana A, com a nossa representante neste evento, Governadores, Diretoras, professores marcantes e alunos extraordinários. Faço questão de citar alguns, sabendo que muitos ficarão de fora da homenagem neste momento, mas não esquecidos: Betinho, defensor do Fome Zero, família Mares Guia, Patrus Ananias, cuja irmã está presente, e já tive o prazer de conhecer, a quem agradeço a presença e o apoio,

Profª. Maria de Lurdes Costa Camelo, que marcou sua passagem pela dedicação quase exclusiva a esse educandário, na memória de quem homenageio todos os professores e Diretores da nossa escola, da ativa, aposentados e aqueles que já não se encontram entre nós.

Poucas instituições completam 90 anos. Mais raro ainda é completar 90 anos com resultados positivos e disposição para superar os desafios. A Escola Estadual Barão de Macaúbas encaixa-se nos dois casos. Fundada em 1921, a escola comemora quase um século de avanços, com planos para se manter como referência de escola pública estadual, na excelência do seu ensino-aprendizagem.

Nos resultados do ano de 2010, fomos notícia na mídia, por atingirmos, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, o 1º lugar, no ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, na Capital, meta que temos trabalhado, juntamente com o PIP, iniciativa da Secretaria de Estado de Educação, apoiada pela Metropolitana A, que é o Projeto de Intervenção Pedagógica, para as séries iniciais, juntamente com a equipe pedagógica da escola.

Assim, entendemos, na maioria dos pares, que não basta vestir a camisa do respeito. Muito além, temos de nos fazer respeitar, pois não somos somente profissionais da educação. Somos educadores, e o nosso bom exemplo passa pela credibilidade que venhamos a ter, valorizados por esta comunidade aqui presente.

Isso significa a ação socioeducativa da Escola Estadual Barão de Macaúbas, que sempre se preocupou e se preocupa com o seu aluno pós-muros da escola, hoje quase centenária.

Finalizando as minhas palavras, em nome de toda a comunidade escolar da Escola Estadual Barão de Macaúbas, presentes ou ausentes, agradeço esta homenagem. Fica aqui firmado que educação pública de qualidade é possível, Deputado. E a nossa escola possui isso. Poderemos estar interessados em melhorá-la, com o apoio do poder público.

Ao Deputado Dinis Pinheiro, que está ausente, ao Deputado Fred Costa, ao nosso companheiro Wendel, nossos cumprimentos pelo olhar para uma escola tombada pelo Patrimônio Histórico de Minas Gerais, enquanto completa os seus 90 anos. Desejo que, daqui a 10 anos, possamos, mais uma vez, fazer jus a esse reconhecimento, quando a nossa escola completar 100 anos.

Deixo claro aos Srs. Deputados presentes que uma escola que escreve a sua trajetória sabe perfeitamente reconhecer aqueles que a valorizam e a incentivam para o destaque no cenário da educação de Minas Gerais e que essa relação entre política e escola deve ser sempre estreita no apoio ao momento que vivemos, quando devemos unir forças pelo respeito e pela ética que ambas as partes merecem.

Neste momento faço chegar às mãos dos componentes da Mesa uma lembrança preparada pela escola por ocasião dos 90 anos.

Não poderia deixar este Plenário sem fazer uma reivindicação: que os pilares mais importantes da educação - Estado, escola, família - se unam cada vez mais em prol do maior investimento do século XXI: o futuro dos seus pequenos e jovens cidadãos. Os pequenos, assim como muitos jovens, estão aqui. Aliás, fiquei muito feliz com a presença do Vinicius e da Jade, alunos que se formaram o ano passado, mas que vieram aqui hoje para relembrar o seu tempo nessa escola. Valeu. Que eles sejam bem-preparados, pois neste século não bastará ser bom, é preciso ser excelente. Esse cidadão é o estudante que, assim como os professores, está dentro de nossas salas de aula e reivindica respeito com os saberes que deverá receber em uma escola pública de qualidade, em que prevaleça a cultura da ética e dos bons costumes, em que o maior mérito de quem ensina é nunca deixar de aprender.

Por isso, além de receber os parabéns, estamos aqui também para dizer: muito obrigada.

Apresentação Artística

O locutor - Neste momento, convidamos os presentes a assistir a apresentações de alunos da Escola Estadual Barão de Macaúbas. Convidamos o aluno do 1º ano, Samuel José Melo Silva, que vai cantar o "Hino da Escola", de Maria Josefina Franzen de Lima. Em seguida, um grupo de alunos do 1º ano dançará a valsa "Danúbio Azul", de Johann Strauss, e um segundo grupo dançará sob a música "Estúpido Cupido", de Celly Campello. Gostaríamos de informar que a coreografia e os ensaios estiveram sob a responsabilidade da Profª. Marilene, de Educação Física.

- Procede-se à apresentação artística.

O locutor - Convidamos a aluna Júlia Nunes Monteiro Diana, do 8º ano, para recitar a poesia "Barão, 90 anos", de sua autoria.

A aluna Júlia Nunes Monteiro Diana - "Cresci no Barão / Lá aprendi muito mais que verbos e conjugação / Aprendi a viver e respeitar minha nação / Com muito orgulho e convicção./ Onde a alegria é o fator mais importante / E o respeito, a palavra mais abundante / Uma grande escola, uma grande família / Todos unidos, tentando uma completa harmonia./ Um grande dever eles têm a cumprir / Educar as crianças / E mostrar qual caminho seguir!/ Na minha memória vai ficar marcado / A cada professor e funcionário / Meu muito obrigado!"

O Sr. Presidente - Antes de proceder à leitura do discurso que o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, me enviou, quero cumprimentar, em primeiro lugar, o Samuel. Você foi absolutamente brilhante, coroou esta nossa noite de forma surpreendente não só com a qualidade de sua voz, que é notória, mas também conseguiu manter a respiração, que lhe proporciona um tom de voz que não é característico de sua idade. Além disso, é extremamente desinibido. Parabéns a você. Desejo que tenha sucesso. Se esse for o seu desejo, que consiga conciliar os estudos com o seu sonho.

Perguntei à Diretora a idade das crianças que aqui se apresentaram. Ela me falou que elas têm 6 anos. Com 6 anos, embora eu não tivesse qualquer origem política na minha família, quando perguntado, já falava que queria ser político. Graças a Deus, com muito esforço e trabalho, consegui realizar o meu sonho em 2004, quando me tornei o mais jovem Vereador da nossa Capital. Portanto, com afincos e dedicação, tenho certeza de que amanhã estaremos todos batendo palmas, e poderei falar que um dia presidi uma solenidade na qual você se apresentou.

Da mesma forma, cumprimento os demais alunos do 1º ano. E repito: quando eu tinha 6 anos, acredito que não era tão desinibido como essas crianças. Que coragem a delas e que bonito foi para todos nós assistir à sua apresentação! Uma revista chamada "Sucesso", que já foi extinta, trazia uma pesquisa que, primeiramente, foi realizada nos Estados Unidos e, depois, no Brasil. A pesquisa indicava que as pessoas tinham mais medo de falar em público, ou de se apresentarem em público, do que da própria morte.

Citava alguns parlamentares, atores de teledramaturgia e cantores. Portanto, o que esses meninos fizeram aqui é um gesto de muita coragem. Parabéns a vocês e à professora que coordenou essa apresentação. Aproveito para estender os cumprimentos à Júlia.

Palavras do Sr. Presidente

Peço licença a todos, pois o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, também se esmerou para que realizássemos esta solenidade. Ele não pôde comparecer por força maior, mas fez questão, além de colaborar para que estivéssemos reunidos, de enviar o seu discurso. Vou proceder à sua leitura. (- Lê:)

“A comemoração dos 90 anos da Escola Estadual Barão de Macaúbas significa o reconhecimento desta Casa Legislativa a uma das escolas públicas mais tradicionais de Minas Gerais, também reputada pela inequívoca qualidade de seu ensino.

Situada em um dos bairros mais peculiares de Belo Horizonte, a Floresta, de ativa e afetiva presença na memória dos mais antigos habitantes da cidade, como Pedro Nava, a escola nasceu como grupo escolar, revelando uma vocação inovadora.

De fato, os grupos escolares surgiram com a República, como estratégia política, visando simultaneamente à universalização do ensino e à modernização do País, com um novo sistema de educação primária, ministrada em quatro anos e com um programa que proporcionava uma formação integral - intelectual, física e moral. Uma de suas maiores inovações foi a seriação, colocando em cada sala de aula uma classe referente a uma série, e em cada classe um professor. Era uma alternativa às escolas isoladas, modelo até então utilizado que persistiria por longo tempo nas escolas rurais, nas quais os alunos não eram distribuídos em classes, segundo um nível de conhecimento homogêneo.

O Barão de Macaúbas recebeu o título de nobreza de D. Pedro II justamente por seus serviços pedagógicos. Seu nome era Abílio César Borges. Era também médico, mas tornou-se conhecido pelos colégios que fundou, como o Ginásio Baiano, em Salvador, onde estudaram Castro Alves e Rui Barbosa; o Colégio Abílio, no Rio de Janeiro, celebrizado por seu aluno Raul Pompeia; e sua filial mineira em Barbacena, cujas instalações hoje abrigam o Comando da Escola Preparatória de Cadetes do Ar.

Ativista do abolicionismo, defensor da soberania brasileira na Guerra do Paraguai, serviu de inspiração para um dos mais conhecidos personagens de nossa literatura, o Aristarco, Diretor do Ateneu, do romance com o mesmo nome de seu ex-aluno Raul Pompeia. Na verdade, “O Ateneu” retrata o famoso Colégio Abílio, internato cuja rígida estrutura provocou ressentimentos no romancista sensível. Mas o nome associado à escola mineira representa uma educação transformadora, que, a partir de 1965, por meio do curso noturno, veio atender os trabalhadores, proporcionando-lhes acesso ao conhecimento que conduz a uma vida melhor.

Por todas as gerações de belo-horizontinos que em seus bancos escolares foram alfabetizados e preparados para a devida continuação de seus estudos, num ambiente seguro e integrado aos esforços familiares, esta homenagem é realizada.

Na pessoa da atual Diretora, Profa. Amélia Lúcia Leite Botelho, cumprimentamos professores, funcionários e alunos. Recordamos também os Diretores que a antecederam, bem como os corpos discente e docente, que, por 90 anos, lapidaram, com esforço, dedicação e carinho, a formação dos cidadãos oriundos, primeiro, do grupo escolar e, depois, da Escola Estadual Barão de Macaúbas.

Minas Gerais orgulha-se dessa história e dos indivíduos que a moldaram. Temos a mais forte convicção de que o futuro dessa instituição terá novos capítulos à altura de seu presente e de seu passado. Muito obrigado. Deputado Dinis Pinheiro”.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as especiais de segunda-feira, dia 7, às 14 e às 20 horas, nos termos dos editais de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/11/2011

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Atas - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Pareceres: Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do Deputado Antônio Júlio; aprovação - Inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.453/2011; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Sargento Rodrigues, André Quintão, João Leite, Duarte Bechir, Vanderlei Miranda e Bonifácio Mourão; votação do projeto; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.122/2011; apresentação das Emendas nºs 1 e 2; encerramento da discussão; votação do projeto, salvo emendas; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.252/2011; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 937/2011; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.834/2011; aprovação na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.249/2011; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.395/2011; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2; declaração de voto - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011; requerimento do Deputado Célio Moreira; aprovação do requerimento - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011; requerimento do Deputado Célio Moreira; aprovação do requerimento - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.453/2011; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Dilzon Melo - Jayro Lessa - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antonio Lerin - Arlen Santiago



- Bonifácio Mourão - Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Célio Moreira - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Ivair Nogueira - João Leite - Juninho Araújo - Leonardo Moreira - Liza Prado - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Neilando Pimenta - Rosângela Reis - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 20h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário para proceder à leitura das atas das duas reuniões anteriores.

1ª Parte

Atas

- A Deputada Rosângela Reis, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura das atas das duas reuniões anteriores, que são aprovadas sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 16/2011 (À promulgação.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Júlio em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que a Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011 e o Projeto de Lei nº 2.447/2011 sejam apreciados em último lugar, nessa ordem. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

A Presidência verifica, de plano, que, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 7, não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição nem de projeto de lei complementar, mas que o há para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 578/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.453/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar de R\$304.317.700,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 2.453, mas quero deixar claro ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Costa, que esperamos que não somente esse projeto, que é de grande interesse do Tribunal, seja aprovado. Que o Presidente do Tribunal não se esqueça dos seus servidores, que estão nos acompanhando pelas galerias e aguardando a inclusão do Projeto de Lei nº 2.125. Queremos que o Tribunal de Justiça tenha atenção com o Projeto de Lei nº 2.433, que trata de nova dotação orçamentária, mas que tenha empenho também na votação do Projeto de Lei nº 2.125, que é importante, trata da data-base dos servidores do Judiciário. Obviamente, precisamos da votação do projeto que trata do reajuste desse Poder. Em nome dos servidores, do Sindjus, do Serjusmig e do Sinjus, que estão nos procurando e pedindo para que essa matéria seja aprovada, deixaremos de encaminhar por 1 hora a matéria. Até porque, se fizéssemos esse encaminhamento, o Plenário seria esvaziado, e a matéria não seria votada. Obviamente, atendemos a apelo do Desembargador Tibagy Salles e também do Presidente da Amagis, Juiz Dr. Bruno, que se faz presente e está acompanhando a votação. Sabemos da importância do projeto e deixamos claro o seu compromisso conosco. V. Exa. está de parabéns, pois demonstra não somente altruísmo, mas também maturidade e olhar cauteloso e sensível para com os nossos servidores. É fundamental que V. Exa. seja o condutor dessa política salarial dos servidores desta Casa.

Portanto, quero registrar o meu voto favorável ao projeto. Sei que o Tribunal precisa demais dessa aprovação, tendo em vista que a matéria beneficiará Desembargadores, Juizes, servidores, técnicos, Oficiais de Justiça, assistentes sociais e psicólogos do Judiciário, enfim, beneficiará todos. É importante aprovarmos a matéria. Quero dizer da minha satisfação em tê-lo como Presidente e saber que V. Exa. continua sensível às demandas. Quero ainda lembrar que, ao assumir a Presidência desta Casa, V. Exa. demonstrou que mudaria o eixo para prestigiar o povo, a população menos favorecida.



Não podemos nos esquecer dos nossos servidores, que tanto nos ajudam, que tanto nos auxiliam no dia a dia nesta Casa. Portanto, quero cumprimentar V. Exa. pela sensibilidade. Obviamente, como Líder do PDT nesta Casa, afirmo que o PDT apoia e vota favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.453. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, falo em nome da Bancada do PT, já que nosso Líder, Deputado Rogério Correia, não está presente. Tivemos o entendimento político de acolher as várias manifestações e solicitações da Casa e do próprio Tribunal de Justiça para aprovar o Projeto de Lei nº 2.453. Da mesma maneira, solicitei ao Presidente e principalmente aos Líderes da base do governo que agilizassem a pauta do Projeto de Lei nº 2.125. Entendemos que a suplementação é importante, mas as questões mais permanentes relativas aos servidores também são. Da mesma maneira, Sr. Presidente, gostaria de dizer o que já manifestamos neste Plenário. No entanto, entendemos que é urgente o acerto e também a colocação em pauta do projeto de reajuste dos servidores do Legislativo. A Assembleia é um Poder autônomo e independente, e temos valorosos servidores. Da mesma forma, mas sem vinculações, é politicamente importante o avanço das negociações em relação à área da educação. De preferência, obviamente, isso deverá ser feito sem o regime de urgência, até porque há uma comissão de negociação e a urgência, nesse caso, poderá deixar transparecer uma espécie de espada suspensa. Assim, queremos a retirada da urgência e o avanço político nas negociações.

Um motivo nos coloca aqui neste dia, véspera de feriado: o Projeto de Lei nº 2.122/2011, de V. Exa., um dos projetos mais importantes da Assembleia nos últimos anos, que beneficiará muito os catadores de material reutilizável e reciclável. É importante também que na data de hoje esse projeto seja aprovado em 2º turno. Atendendo aos apelos, estamos aqui para votá-lo, mas solicitamos o avanço nos itens mencionados.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Gostaria de encaminhar favoravelmente, em nome do PSDB, da minha companheira Deputada Ana Maria Resende e do companheiro do PSDB, Deputado Luiz Henrique. Todos nós estamos encaminhando pela votação favorável ao Projeto de Lei nº 2.453/2011.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, em nome do BPS, do nosso Líder, Deputado Tiago Ulisses, os partidos que compõem o nosso Bloco encaminham favoravelmente. Atendendo ao pleito justo, agradecemos a presença dos signatários e encaminhamos, por fim, favoravelmente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Vanderlei Miranda.

O Deputado Vanderlei Miranda - Sr. Presidente, reiterando as palavras do Deputado Sargento Rodrigues, o PMDB também é favorável à votação do projeto e também à colocação em pauta do Projeto de Lei nº 2.125/2011, relativo aos servidores do Judiciário, que estão pleiteando também que o projeto deles seja aprovado nesta Casa. Os servidores da Assembleia também aguardam. Cremos que V. Exa., sensível que é, haverá de atender a mais essas justas demandas, encaminhando a este Plenário os projetos para votação. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Bonifácio Mourão.

O Deputado Bonifácio Mourão - Em nome do Bloco Transparência e Resultado, queremos, a exemplo do que já fizeram os outros Deputados: João Leite, pelo meu partido, o PSDB; Duarte Bechir, pelo BPS; e todos os outros, também encaminhar favoravelmente. Precisamos votar esse projeto do Poder Judiciário, relativo ao seu orçamento, até porque esse é um dos três Poderes do Estado de Minas Gerais que, por meio de todos os seus representantes, vem honrando as suas atribuições. Todos nós sabemos que essas atribuições vão além de uma importância muito grande para o Estado, e na igualdade de condições está a sua responsabilidade. Todos nós dependemos de um Poder Judiciário forte, funcional e irmanado com os Poderes Legislativo e Executivo.

Nesses termos, é fundamental que cumpramos a nossa parte fazendo o mínimo que nos compete, ou seja, aprovando um projeto dessa importância. Este é o posicionamento do Bloco Transparência e Resultado, bloco de apoio ao governo.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.453/2011. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.122/2011, do Deputado Dinis Pinheiro, que dispõe sobre a concessão de incentivo financeiro a catadores de material reutilizável e reciclável, a Bolsa-Reciclagem. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.122/2011

EMENDA Nº 1

Dê-se ao inciso I e ao parágrafo único do art. 4º a seguinte redação:

“Art. 4º - (...)

I - manter atualizados seus dados cadastrais no Estado;

(...)

Parágrafo único - O incentivo de que trata esta lei será progressivamente estendido a todas as cooperativas e associações de catadores de materiais recicláveis do Estado, observadas as prioridades estabelecidas pelo comitê gestor da Bolsa-Reciclagem e a disponibilidade orçamentária e financeira.”

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2011.

Duarte Bechir

**EMENDA Nº 2**

Suprimam-se o art. 6º e o inciso III do art. 7º.

Sala das Reuniões, 1º de novembro de 2011.

Duarte Bechir

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentadas ao projeto duas emendas do Deputado Duarte Bechir, que receberam os nºs 1 e 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, serão submetidas a votação independentemente de parecer. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.122/2011 na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.252/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Lourenço o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 937/2011, do Deputado Antônio Júlio, que autoriza o DER-MG a doar ao Município de Madre de Deus de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.501/2011, do Deputado Carlos Mosconi, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Machado o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.501/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.834/2011, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta artigo à Lei nº 11.045, de 15/1/93. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.834/2011 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Defesa do Consumidor.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.249/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com Áureo Sérgio Alves o imóvel que especifica, situado no Município de Lagoa da Prata. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.395/2011, do Deputado Inácio Franco, que autoriza o Estado a doar ao Município de Pouso Alegre o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, e a Emenda nº 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 2.395/2011 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, cumprimento V. Exa. Eu, os demais Líderes, os Deputados Antônio Júlio, Mourão, João Leite, Adalclever Lopes, Ivair Nogueira e José Henrique esperamos que o projeto de reajuste dos servidores do Legislativo avance um pouco mais. V. Exa., com sua sabedoria, capacidade e sensibilidade, poderá colher dos Líderes as informações necessárias para que o projeto chegue a esta Casa na próxima terça-feira, a fim de que os servidores fiquem tranquilos ao saber que o projeto de reajuste de seus salários estará avançando.

Na minha declaração de voto, Sr. Presidente, faço um apelo ao Presidente do Tribunal de Justiça. Aprovamos nesta Casa o projeto de lei que trata da periculosidade, uma luta antiga de Oficiais de Justiça e demais servidores do Judiciário. No entanto, até hoje o Presidente do Tribunal de Justiça não pagou o adicional de periculosidade. Parece que uma lei que aprovamos nesta Casa tornou-se letra morta. Então, espero que o Tribunal de Justiça... E aqui quero deixar claro para o Desembargador Cláudio Costa que o apelo dos sindicatos para que essa dotação orçamentária fosse aprovada teve um peso enorme para que este Deputado não fizesse obstrução à matéria. É bom que o Presidente do Tribunal saiba disso, pois talvez desconheça que o pedido que os sindicatos fazem aos Deputados desta Casa tem um peso enorme, pois são pais de família, pessoas que lutam e estão aguardando que o próprio Judiciário respeite as leis aprovadas por este Parlamento. A não ser que ele só queira respeitar as leis que lhe interessam, só o que lhe for conveniente, não cumprindo o que foi negociado quando o Desembargador Sérgio Resende ainda era Presidente daquela Casa, como foi muito bem lembrado aqui por nosso Líder, Deputado Vanderlei Miranda.



É bom que o Tribunal saiba disso. Quero deixar claro que o apelo feito pelos sindicatos aos Deputados teve um peso enorme para que a pauta hoje não fosse obstruída, uma vez que cada Deputado pode discutir cada projeto por 1 hora e, além do mais, pode encaminhar por 10 minutos após a discussão de 1 hora. E, se qualquer Deputado fizesse uma discussão de 1 hora, o Plenário não levaria 15 minutos para se esvaziar, logo perderíamos o quórum. É bom que o Presidente do Tribunal saiba disso. Até hoje não pagou a periculosidade aos servidores do Judiciário.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo a V. Exa. que nós não só o apoiamos, como apoiamos os demais colegas que hoje integram essa Mesa. Porém, queremos ver o nosso Presidente atento e, principalmente, sensível às causas dos servidores, que tanto nos auxiliam. São servidores que estão aqui dia e noite, nas comissões, no Plenário, dando suporte à Mesa, dando apoio nos bastidores. São servidores que, muitas vezes, não são vistos por nós, Deputado José Henrique. São servidores que, muitas vezes, os Deputados desconhecem, pois atuam nos bastidores, mas estão dando toda a sustentação necessária.

Quero dizer, Presidente, da minha satisfação em ver, por parte de V. Exa., essa sensibilidade e esse acolhimento. V. Exa., mais uma vez, demonstra por que é Presidente desta Casa, sobretudo pela sensibilidade e sensatez nas decisões que vem tomando à frente deste Poder. Quero cumprimentá-lo, mencionar a nossa satisfação e, é claro, dizer aos nossos servidores que fiquem tranquilos, porque o Presidente e os demais membros da Mesa estão tratando de forma cuidadosa essa questão do reajuste do Legislativo. Muito obrigado, Presidente.

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4. Vem à Mesa requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita o adiamento da discussão da proposta. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Célio Moreira em que solicita o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.453/2011 (À sanção.).

Encerramento

O Sr. Presidente – Persistindo a falta de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição e de projeto de lei complementar, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 3, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada, e para a especial da mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 8/11/2011

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.355/2011, do Governador do Estado, que dispõe sobre aperfeiçoamentos na política remuneratória por subsídio das carreiras Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinaram pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça;



Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 21/2011, do Deputado Paulo Guedes e outros, que dá nova redação ao art. 256 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 18/2011, do Governador do Estado, que cria a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência MRVA - e altera a Lei Complementar nº 90, de 12/1/2006. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 18/2011, do Deputado Duarte Bechir e outros, que dispõe sobre a ação declaratória de constitucionalidade e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta com as Emendas nºs 1 a 4.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.447/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 664/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre a criação de Áreas de Risco Ambiental e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.125/2011, do Tribunal de Justiça, que fixa o percentual de revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, relativa ao ano de 2011, e autoriza abertura de crédito suplementar ao orçamento fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Tribunal de Justiça Militar do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.390/2011, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.444/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 18.692, de 30/12/2009. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.448/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.449/2011, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 897/2011, do Deputado Délio Malheiros.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.023/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 8/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 1.791/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10
HORAS DO DIA 8/11/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 85/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 2.553/2011, do Deputado Marques Abreu; e 2.555/2011, do Deputado Rogério Correia.

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 2/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; e 13/2011, do Deputado Anselmo José Domingos; Projetos de Lei nºs 2.571/2011, do Governador Alberto Pinto Coelho; 980, 1.080, 1.085/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.204/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 1.487/2011, do Deputado Fred Costa; 1.607/2011, da Deputada Liza Prado; 1.630/2011, do Deputado Rogério Correia; 1.674/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.684/2011, do Deputado Fred Costa; 1.835/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.858/2011, do Deputado Fred Costa; 2.007/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.032/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.153/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.160/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 2.181/2011, do Deputado Sávio Souza Cruz; 2.197/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.286/2011, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 2.440/2011, do Deputado Marques Abreu; 2.461/2011, do Deputado Gilberto Abramo; 2.505/2011, do Deputado Arlen Santiago; 2.526/2011, do Deputado Carlin Moura; 2.549/2011, do Deputado Sebastião Costa; 2.550/2011, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.551/2011, do Deputado Zé Maia; 2.562/2011, do Deputado Rogério Correia; e 2.572/2011, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.264/2011, do Deputado Rômulo Viegas; 2.304/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 2.557/2011, do Deputado Elismar Prado; 2.560/2011, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.563/2011, do Deputado Adalclever Lopes; 2.566/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.567 e 2.568/2011, do Deputado Tenente Lúcio; 2.574/2011, do Deputado Inácio Franco; 2.575/2011, do Deputado Fabiano Tolentino; e 2.577/2011, do Deputado Rogério Correia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 8/11/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.859/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 2.571/2011, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.705/2011, do Deputado Bosco; 1.709/2011, do Deputado Délio Malheiros; e 1.774 a 1.789/2011, do Deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 8/11/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO
DIA 8/11/2011**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.



ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 8/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 9/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de discussão, com a presença de representante do BDMG, sobre a abertura de linha de financiamento subsidiado desse Banco destinada às instituições de saúde do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 9/11/2011

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Tiago Ulisses, Antônio Carlos Arantes, Carlos Henrique e João Vítor Xavier, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2011, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 2.445/2011, do Governador do Estado; de votar os Requerimentos nºs 1.711/2011, do Deputado Duarte Bechir, e 1.757/2011, do Deputado Elismar Prado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 8/11/2011, às 15h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, 937/2011, do Deputado Antônio Júlio, 1.501/2011, do Deputado Carlos Mosconi, 2.249 e 2.336/2011, do Governador do Estado, 2.395/2011, do Deputado Inácio Franco, 2.447, 2.450 e 2.451/2011, do Governador do Estado; para o 1º turno sobre Emenda(s) apresentada(s) em Plenário ao Projeto de Lei nº 2.452/2011, do Governador do Estado, e 2.443, 2.442 e 2.445/2011, do Governador do Estado; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2011.

Zé Maia, Presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social e de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Luiz Carlos Miranda, Juninho Araújo, Pompílio Canavez e Tadeu Martins Leite, membros da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social; a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Doutor Wilson Batista, Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Marques Abreu, membros da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 9/11/2011, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir o acolhimento institucional no Estado das pessoas com deficiência e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2011.

Rosângela Reis, Presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 2.337/2011

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 7º a seguinte redação:

“Art. 7º - Para atingir-se a plena consecução das metas propostas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o governo do Estado aplicará, a partir de 2013, anualmente e durante o período de vigência do plano, no mínimo, o equivalente a 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado.

Parágrafo único - Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo poderão ser aplicados em programas de complementação escolar, desde que:

I - os programas integrem o projeto político-pedagógico da unidade de ensino e se desenvolvam como prática desportiva, artística ou cultural;

II - os recursos, para tal finalidade, excedam o limite mínimo da despesa prevista no art. 201 da Constituição do Estado.”.

Sala das Comissões, 10 de outubro de 2011.

Bosco

Justificação: A educação é um direito fundamental de todas as pessoas. Possibilita maior protagonismo no campo da cultura, da arte, da ciência e da tecnologia, fomenta a imaginação criadora e, por isso, amplia a consciência social comprometida com as transformações sociais em prol de uma sociedade justa e igualitária.

Os nossos analfabetos são basicamente provenientes de famílias de trabalhadores do campo e da cidade, notadamente negros e demais segmentos hiperexplorados da sociedade.

O Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, numa perspectiva integradora da ação governamental, objetiva dar mais um passo na direção de tornar Minas Gerais um Estado ainda melhor de se viver, com foco em quatro atributos fundamentais: prosperidade, qualidade de vida, sustentabilidade e cidadania.

A exposição de motivos da ilustre Secretária de Planejamento e Gestão define esses quatro atributos da seguinte forma:

“Prosperidade: Representa a aspiração de um ambiente socioeconômico desenvolvido, com forte empreendedorismo, elevada produtividade da economia, mais e melhores oportunidades de trabalho, educação e alto padrão de bem-estar da população. Uma economia dinâmica, competitiva, com forte base tecnológica, inclusiva e diversificada, que pressupõe infraestrutura adequada, incorpora novas formas de organização da produção, adota inovação permanente, fortalece sua identidade e insere Minas Gerais, cada vez mais, nos mercados globais e na economia do conhecimento.

Qualidade de vida: Exprime o compromisso com a melhoria das condições vividas pela população, conjugando oportunidades de trabalho com acesso a serviços públicos de qualidade, em especial educação, saúde e segurança. Busca a ampliação permanente das capacidades individuais e coletivas, da autonomia e da emancipação social.

Sustentabilidade: Promove o caráter duradouro e harmônico do desenvolvimento ao longo do tempo, com novos modelos de financiamento e uso racional dos recursos, vislumbrando as gerações futuras. Incorpora e harmoniza as dimensões ambiental, política, econômica e social. Pressupõe transparência e austeridade, proporcionando um ambiente seguro e confiável, propício à atração e retenção de investimentos.

Cidadania: Consiste na garantia dos direitos fundamentais a toda a população mineira, ao mesmo tempo em que reconhece e valoriza o indivíduo como protagonista no processo de desenvolvimento. Busca o acesso equânime às oportunidades em todas as regiões do estado e possibilita a participação do cidadão na formulação e no monitoramento de políticas públicas e nas questões de interesse público”.

Não há que se falar em elevada produtividade da economia nem em autonomia e emancipação social sem o atributo da educação. Muito menos, há que se falar em incorporar e harmonizar as dimensões ambiental, política, econômica e social sem o atributo da educação. Tampouco há que se falar em cidadania sem o atributo da educação.



Ao repetirmos a expressão “atributo da educação” como chamariz para os atributos da prosperidade, da qualidade de vida, da sustentabilidade e da cidadania, nada mais fazemos que endossar a tese, contida no próprio PMDI, de que a educação constitui-se no fio condutor a resgatar a enorme dívida social que possuímos em relação à nossa gente.

Os dez focos prioritários, de alta relevância e de elevado potencial de impacto no desenvolvimento de Minas Gerais, são: reduzir a pobreza e as desigualdades; aumentar a empregabilidade e as possibilidades de realização profissional; garantir o direito de morar dignamente e de viver bem; desenvolver e diversificar a economia mineira e estimular a inovação; viver mais e com mais saúde; transformar a sociedade pela educação e cultura; aumentar a segurança e a sensação de segurança; promover e garantir a utilização sustentável dos recursos ambientais; ampliar e modernizar a infraestrutura e os serviços públicos; assegurar os direitos fundamentais e fomentar a participação cidadã.

A educação no mínimo permeia, para não dizer que se faz fortemente presente em pelo menos seis focos prioritários: reduzir a pobreza e as desigualdades; aumentar a empregabilidade e as possibilidades de realização profissional; desenvolver e diversificar a economia mineira e estimular a inovação; viver mais e com mais saúde; transformar a sociedade pela educação e cultura; promover e garantir a utilização sustentável dos recursos ambientais; assegurar os direitos fundamentais e fomentar a participação cidadã.

Ela se faz presente ainda, no mínimo, em oito das 11 Redes de Desenvolvimento Integrado detalhadas no PMDI, a saber: Rede de Educação e Desenvolvimento Humano: população com amplo acesso à educação de qualidade e com maior empregabilidade; Rede de Atenção em Saúde: população com maior qualidade e expectativa de vida; Rede de Desenvolvimento Social e Proteção: Minas sem pobreza e com baixa desigualdade social; Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável: economia dinâmica, mais diversificada, competitiva, com crescimento sustentável e inclusivo; Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação: ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento e cidadania; Rede de Desenvolvimento Rural: mais produção e qualidade na agricultura familiar e no agronegócio de Minas Gerais; Rede de Identidade Mineira: Minas singular, diversa e criativa na cultura, no esporte e no turismo; Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz: gestão pública efetiva e próxima da sociedade.

Tudo isso significa afirmar que a educação precisa perpassar todos os setores para assomar altaneira, se queremos atingir a consecução do proposto no PMDI. E o reconhecimento do governo do Estado da importância da educação vem expresso no PMDI de forma tácita ou explícita. Das páginas 69, 70 e 75 do PMDI compilamos:

“Responsável por cerca de 9% da renda total gerada no Brasil, Minas Gerais possui o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) do país, atrás apenas dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro”.

“De fato, o patamar de Minas Gerais em termos de PIB ‘per capita’ ainda encontra-se abaixo da média nacional. O estado ocupa a nona posição no ‘ranking’ das unidades da federação, inferior aos demais estados do Sudeste”.

“O baixo patamar do PIB per capita de Minas Gerais está relacionado à baixa escolaridade média da população. A produtividade total dos fatores (PTF) do Estado de Minas Gerais é inferior à dos estados do Sul e Sudeste devido, principalmente, à baixa produtividade por trabalhador. Um trabalhador mineiro produz somente 60% do produto por trabalhador de São Paulo ou do Rio de Janeiro. Nesse sentido, elevar a PTF requer intensificar iniciativas voltadas ao aumento da produtividade da mão de obra e à construção de um ambiente econômico competitivo, estável, seguro ao investidor e atrativo ao desenvolvimento de negócios”.

“As ideias promissoras precisam encontrar espaço para resultar em soluções inovadoras, responsáveis por trazer competitividade à economia mineira. Nessa tarefa, o Estado de Minas quer afirmar sua atuação através da Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação, aqui entendida como um conjunto de esforços que direciona instituições de todas as esferas a potencializar em quantidade e qualidade a criação e disseminação de conhecimento e de tecnologia em diferentes áreas para transformar conhecimento em negócios e riquezas e qualidade de vida”.

Comprova-se que, para o governo do Estado, a educação será a propulsora das ações que conduzirão à prosperidade, à qualidade de vida, à sustentabilidade e à cidadania do povo mineiro.

Esta proposição nada mais faz que consubstanciar o proposto no projeto de lei, tornando factível a implementação das metas nele fixadas. Além disso, interpreta em síntese o desejo do excelentíssimo Governador de tornar Minas o melhor Estado para se viver, uma vez que somente a educação possui o condão de transformar nossos desejos em realidade. Garantir a aplicação de recursos que possam alavancar o nosso desenvolvimento é mais que um dever, é nossa obrigação.

Em termos de números, estamos falando na aplicação de recursos da ordem de R\$20.000.000.000,00, recursos esses capazes de auxiliar na travessia em direção ao futuro. Alguns, mais afoitos, poderão afirmar que o mínimo requerido pela sociedade equivale a 10% do PIB. A esses lembramos que precisamos estabelecer o equilíbrio do possível.

Pela relevância da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares na sua aprovação.

EMENDA Nº 2

Acrescente-se no item 4.11 - “Rede de Infraestrutura” - do anexo, no tópico “Estratégias”, o seguinte:

“Universalizar o acesso à rede de abastecimento de água e esgoto nos domicílios do Estado.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 3

Acrescente-se no item 4.2 - “Rede de Educação e Desenvolvimento Humano” - do anexo, no tópico “Estratégias”, após “Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:”, o seguinte:



“Ampliar, aperfeiçoar e consolidar o Programa de Alimentação Escolar, com aplicação efetiva da Lei nº 11.947, de 2009, garantindo-se alimentação saudável e adequada para todos os alunos da rede estadual.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 4

Acrescente-se no item 4.2 - “Rede de Educação e Desenvolvimento Humano” - do anexo, no tópico “Objetivos estratégicos”, o seguinte:

“Erradicar o analfabetismo e a exclusão digital.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 5

Acrescente-se no item 4.2 - “Rede de Educação e Desenvolvimento Humano” - do anexo, no tópico “Estratégias”, o seguinte:

“Implementar as diretrizes nacionais para as escolas do campo e escolas indígenas, respeitando-se suas especificidades.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 6

Acrescente-se no item 4.8 - “Rede de Desenvolvimento Rural” - do anexo, no tópico “Estratégias”, o seguinte:

“Expandir e fortalecer programas de apoio ao desenvolvimento e ao combate à pobreza no meio rural, valorizando as vocações de cada região.”.

E, após “Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:”, o seguinte:

“Expandir e fortalecer programas de apoio ao desenvolvimento e ao combate à pobreza no meio rural.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 7

Acrescente-se no item 4.5 - “Rede de Desenvolvimento Social e Proteção” - do anexo, no tópico “Objetivos estratégicos”, o seguinte:

“Erradicar o trabalho infantil no estado.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 8

Acrescente-se no item 4.5 - “Rede de Desenvolvimento Social e Proteção” - do anexo, no tópico “Estratégias”, o seguinte:

“Promover a inclusão produtiva das pessoas em extrema pobreza e em condições de vulnerabilidade social.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 9

Acrescente-se no item 4.5 - “Rede de Desenvolvimento Social e Proteção” - do anexo, no tópico “Estratégias”, após “Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:”, o seguinte:

“Instituir política estadual para a população em situação de rua e para os povos e comunidades tradicionais, desenvolvendo programas e ações integradas e intersetoriais.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

EMENDA Nº 10

Acrescente-se no item 4.8 - “Rede de Desenvolvimento Rural” do anexo, no tópico “Objetivos estratégicos”, o seguinte:

“Romper o ciclo da pobreza rural.”.

Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.

André Quintão

**EMENDA Nº 11**

Acrescente-se no item 4.8 - "Rede de Desenvolvimento Rural", no tópico "Estratégias", o seguinte:
"Assegurar acesso à água para consumo humano, dessedentação animal e produção alimentar nas comunidades rurais."
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.
André Quintão

EMENDA Nº 12

Acrescente-se no item 4.6 - "Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável" - do anexo, no tópico "Estratégias", o seguinte:
"Tratar adequadamente os resíduos sólidos, por meio da redução dos resíduos, da destinação correta e da implementação da coleta seletiva com inclusão socioprodutiva dos catadores de materiais recicláveis."
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.
André Quintão

EMENDA Nº 13

Acrescente-se no item 4.2 - "Rede de Educação e Desenvolvimento Humano" - do anexo, no tópico "Estratégias", após "Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:", o seguinte:
"Desenvolver ações de acompanhamento social visando prevenir a evasão escolar, melhorar o desempenho e o rendimento do aluno, desenvolver o protagonismo juvenil e aprimorar o capital humano e social dos jovens."
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.
André Quintão

EMENDA Nº 14

Acrescente-se no item 4.4 - "Rede de Defesa e Segurança" - do anexo, no tópico "Estratégias", após "Em complemento às estratégias prioritárias, outras estratégias também devem ser objeto de atenção especial para o alcance dos objetivos estratégicos. São elas:", o seguinte:
"Fortalecer a Defensoria Pública do Estado, garantindo acesso à Justiça àqueles que não têm condições de pagar advogado ou que estão em condição de hipossuficiência jurídica."
Sala das Comissões, 4 de novembro de 2011.
André Quintão

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 7/11/2011, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Luzia Ferreira

exonerando João Eustaquio Torquato do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 4 horas;
exonerando Leonardo da Silva do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
exonerando Natália Priscila Lopes da Silva do cargo de Atendente de Gabinete I, padrão VL-22, 4 horas;
nomeando João Eustaquio Torquato para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Leonardo da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;
nomeando Natália Priscila Lopes da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas.

Gabinete do Deputado Pompílio Canavez

exonerando Yuri Hovadick Barros Rodrigues do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
nomeando Milton Reis dos Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Whashington Luis Gravina Teixeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Yuri Hovadick Barros Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Larissa Maria Esteves Galvão para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Constituição e Justiça.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 052/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 21/11/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço global anual, tendo por finalidade a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em elevadores.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar sua reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2011

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 108/2011

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 24/11/2011, às 14h30min, pregão eletrônico, através da internet, do tipo menor preço por lote, tendo por finalidade a aquisição de material elétrico.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Apoio ao Processo Licitatório - GAPL - da ALMG, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário de 8h30min a 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 7 de novembro de 2011.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horossazonal verde, para o Edifício Carlos Drummond de Andrade. Vigência: 12 meses, prorrogável na forma da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Licitação: inexigível, conforme art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Stoque Soluções Tecnológicas Ltda. Objeto: serviço de cópia e impressão, incluindo os equipamentos, a instalação, o treinamento de operadores, o serviço de manutenção permanente e o fornecimento de todas as peças de reposição e dos insumos de impressão e acabamento necessários à perfeita execução dos serviços, exceto papel. Vigência: 12 meses, a contar da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 26/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Multipães Indústria e Comércio Ltda. Objeto: fornecimento de lanches. Vigência: 12 meses a partir de assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 75/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90 -10.1.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: MCI Tecnologia e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção predial e adaptação de instalações. Objeto do aditamento: 1ª prorrogação do contrato. Vigência: 12 meses, de 2/12/2011 a 1º/12/2012. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.



ERRATAS

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.116/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 30/9/2011, na pág. 103, col. 3, na Fundamentação e na Conclusão, onde se lê:

“Projeto de Lei nº 2.216/2011”, leia-se:

“Projeto de Lei nº 2.116/2011”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.256/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 8/10/2011, na pág. 43, col. 2, na Conclusão, onde se lê:

“na forma apresentada”, leia-se:

“com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/11/2011, pág. 80, col. 3, sob o título “Gabinete do Deputado Duarte Bechir”, onde se lê:

“Rosimeire Paulina Ferreira”, leia-se:

“Rosimeire Paulina Ferreira Pena”.

ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 3/11/2011

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 5/11/2011, na pág. 81, col. 4, sob o título “REQUERIMENTOS”, no Requerimento nº 1.852/2011, onde se lê:

“pelos 37 anos da sua Organização Eclesiástica”, leia-se:

“pelos 36 anos da sua Organização Eclesiástica”.